

Aconteceu

Deu zebra no carnaval do Rio

Maurilo Clareto/AE



A Mocidade Independente de Padre Miguel, escola de samba bicampeã e patrocinada pelo banqueiro do bicho Castor de Andrade (foto) ficou em 2º lugar. A campeã do desfile no Rio foi a Estácio de Sá, berço do samba. O título inédito foi conseguido com apoio financeiro de um banqueiro do bicho considerado "médio".

Leia mais sobre carnaval, jogo do bicho e política na página 2.

Sendero ataca líderes populares no Perú
(página 16)

Governo exclui ONGs do Plano Piloto para Amazônia (página 5)

Anulado julgamento de Darly no caso Chico Mendes (página 7)

Samba, suor e grana: o carnaval dos bicheiros

O convívio de banqueiros do bicho com o esquema do carnaval (e com o mundo da política) já é antigo, apenas vem se tornando mais indiscreto. A "nata da malandragem carioca", partindo do submundo da contravenção, vem ganhando a luz do dia e legitimação, lançando sua imagem nos palcos da Marquês de Sapucaí. Após o último desfile, soube-se que eles querem aumentar o número de prefeitos que "elegeram" no estado, além de 14 vereadores na cidade do Rio.

Tal pretensão de influência política assenta-se num sólida base econômica. O cenógrafo Mário Monteiro, que dirigiu a vitória da campeã Estácio de Sá, afirma que duas coisas são importantes para ganhar um carnaval: garra e dinheiro. Os bicheiros descobriram uma coisa importante para ganhar dinheiro: o carnaval.

Economia informal - O jogo do bicho não chega a ser um crime e, dependendo do suborno, acarreta no máximo penas de multa ou prisão simples. Mas a ajuda dos "empresários" à festa popular se associa com a oportunidade de (sub)empregos gerados para muitas famílias. Os bicheiros, assim como os traficantes, são queridos protetores dos morros. Caricatos mecenas da arte popular, enriquecem assustadoramente com o apadrinhamento e a profissionalização das escolas de samba, um sólido e rentável mercado informal que floresce à sombra da recessão e do desemprego, escandalosamente promovidos pelo governo. Em uma trajetória de seqüestros, mortes, evidências de crime organizado e tráfico - com cem homicídios ligados ao jogo nos últimos dez anos - o bicho emprega, só no Rio de Janeiro, cerca de 50 mil funcionários, entre apontadores de

jogo, intermediários e guarda-costas.

Essa nova malandragem reconquistou o mundo do samba, sob o olhar complacente do Estado, inclusive com seu subsídio. Um mercado loteado: no ano passado, as sete primeiras escolas do grupo especial eram dirigidas por bicheiros. Neste carnaval, de 15 escolas desse grupo, sete estão ligadas à contravenção.

Outras intimidades - Há bicheiros sem qualquer intimidade com o samba. É o caso do "Capitão Guimarães", ex-integrante do DOI-Codi e atual presidente da Unidos de Vila Isabel. Ou Luizinho Drummond, presidente da Imperatriz Leopoldinense. O banqueiro de Niterói, José Carlos Monassa, da Unidos do Viradouro, afirma: "Nunca fui do samba e continuo não sendo". É claro que há também carnavalescos, como Castor de Andrade, da Mocidade Independente de Padre Miguel, conhecido como "Diplomata" pela facilidade com que obtém tolerância das autoridades para que todos possam fazer seus negócios. No mesmo caso se encontra Anísio, da Beija-flor - que convive com a escola e a patrocina desde 60.

Sob o controle dos banqueiros, a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro instituiu normas rígidas para "o maior espetáculo da Terra". O Sambódromo concentra festa, povo e malandragem num espaço disputado por estrelas do *show business* e turistas, porque difundido globalmente a dólar, em milhões de telinhas, junto com caldo de galinha e marcas de cerveja. Puseram corda no bloco e encontraram meios de racionalizar lucrativamente, na forma de indústria, um momento de expressão da criatividade popular.

Superproduções - A influência dos negociantes transformou os desfiles em superproduções, im-

pondo um padrão luxuoso e caro ao que antes eram brincadeiras com fantasias e carros alegóricos simples. Os carnavalescos se tornaram profissionais sofisticados que arquitetam um gigantesco espetáculo, disputados pelas escolas que oferecem cachês de até US\$ 10 mil por carnaval. Já nos anos 70, sambistas como Candeia, da Portela, se afastaram dos desfiles espetaculares e montaram literalmente uma **escola de samba**, a Quilombo, onde se aprendia a tocar instrumentos e se formavam grupos de dança em gêneros variados, que incluíam, além do samba, o jongo e a capoeira.

Ao lado de ter alterado decisivamente padrões estéticos - cercado o samba com regras que lhe impõem a cadência da marcha, para um desfile cronometrado - essa poderosa atividade econômica chega a movimentar US\$ 5 milhões, oriundos da metade da arrecadação obtida com ingressos e de 70% dos direitos de transmissão pagos pela Globo e pela Manchete. Tudo administrado pela Liga das Escolas, que repassa os lucros para as escolas e que já montou sua própria gravadora de discos. A estimativa de Zinho, ex-presidente da Mangueira e atual patrono da campeã deste ano, é de que o rendimento para cada escola deve chegar a Cr\$ 300 milhões. Mas a Estácio investiu US\$ 600 mil para desfilar seus "70 anos de modernismo", só US\$ 200 mil a menos que a Mocidade, que pegou segundo lugar. O bicho movimentou US\$ 10 milhões por semana no RJ. Com o investimento de 2% do faturamento anual em samba, os bicheiros, segundo o jornalista Sérgio Cabral, "conseguiram trocar a imagem de foras-da-lei pela de benfeitores da comunidade". (Veja, 4/3/93; O Estado de S. Paulo, 8/3/92; CEDI, 11/3/92)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor: Carlos A. Ricardo ★ **Jornalista Resp.:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trab. Rurais), Daniel Revah (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Paulo Tomsic (Internacional), Magali do N. Cunha (Igrejas), Antonio L. Negro (Trab. Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Elie Ghanem (Política) Lais Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Editoração eletrônica:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 10.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 6.000,00
Assinatura Exterior: US\$ 50

Duro acordo com o Clube de Paris

Depois de três dias de duras negociações com o Clube de Paris, que reúne representantes dos governos credores, o Brasil fechou, no último dia 27, um acordo de reescalonamento da sua dívida com aquela instituição. O Brasil procurava reescalonar, por 18 anos, US\$ 14 bilhões de uma dívida total de US\$ 21 bilhões, propondo ainda pagamento imediato de US\$ 3,2 bilhões, cerca de 50% do relativo aos juros em atraso. O Clube exigia pagamento imediato de US\$ 7 bilhões e reescalonamento com prazo de apenas 10 anos. Ao final ficou acertado um pagamento de US\$ 4,1 bilhões entre 1992 e 1993 e o reescalonamento de apenas US\$ 11 bilhões em 14 anos.

O acordo realizado reflete um recuo substancial do governo brasileiro, que não esperava tal rigor da parte dos credores. Segundo Francisco Gros, presidente do Banco Central, a equipe econômica imaginava que alguns aspectos da proposta brasileira pudessem gerar discussões, mais foi surpreendida ao constatar a disposição dos credores em, antes disso, questionar a base conceitual da proposta, exigindo malabarismos que incluíram um apelo dramático do ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, aos embaixadores do G-7 (as sete maiores economias do mundo).

Acordo possível - Segundo Gros, o país "fez o acordo que era possível", dentro dos marcos da sua capacidade de pagamento e sem comprometer o programa econômico do governo, fortemente baseado num ajuste fiscal e na renegociação com os bancos credores privados.

Se foi bom ou mau, e para quem, é uma polêmica que circula do Senado, que ainda precisa aprovar o acordo, às salas dos grandes bancos credores internacionais. Em palestra no Senado, o ministro Marques Moreira não conseguiu convencer deputados e senadores quanto à capacidade do Brasil arcar com o compromisso fechado. Para alguns congressistas o acordo não permitirá que o país tenha crescimento econômico nos próximos dois anos, realimentando o endividamento externo.

Para alguns banqueiros, o compromisso de enviar US\$ 4,1 bilhões dos escassos recursos nacionais aos credores oficiais pode reduzir a capacidade de pagamento aos credores privados, cujas negociações se iniciam nos próximos dias, envolvendo a cifra de US\$ 59 bilhões.

O fato é que as expectativas otimistas de Francisco Gros de que o reatamento com a comunidade financeira internacional possa trazer um substancial fluxo de dinheiro novo ao país, não foram confirmadas pelos acordos anteriores, os quais não evitaram moratórias poucos meses após sua assinatura. Na verdade, cada novo acordo tem se revelado fonte crescente de novas saídas de dinheiro, mesmo em anos de graves crises econômicas, como demonstra o quadro. (*Brasil Popular/SP*, 26/2/92; *CEDI*, 10/3/92)

O que o Brasil pagou ao exterior (em US\$ milhões)			
	1990	1991	variação %
1 - pelo setor público			
para bancos comerciais e instituições não financeiras	1.213,6	5.055,0	240
para organismos multilaterais (Bird, BID, FMI, CFI, etc.)	2.611,0	3.459,3	32,5
para agência governamentais (Clube de Paris e outras)	548,0	634,9	15,8
Total	4.372,6	9.149,2	107
2 - pelo setor privado			
	1.206,7	1.843,8	50
1 + 2 = total Brasil	5.579,3	10.993,0	95

Fonte: Ministério da Economia e BC

Rodada Uruguai longe do acordo

A conclusão da Rodada Uruguai, prevista para o dia 19 de abril, poderá ser adiada novamente. Nenhuma das 108 nações que participam das negociações para liberalizar o comércio mundial, empreendidas pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), cumpriu o prazo para entrega, no dia 1º, das propostas que seriam discutidas e transformadas em projeto final da Rodada Uruguai até o dia 31.

A Rodada Uruguai foi iniciada em 1986, em Punta del Este, e deveria terminar em dezembro de 1990. Porém, um impasse entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia (CEE), sobre a questão dos subsídios agrícolas impediu a conclusão do acordo. Os EUA e a maioria dos países do Grupo Cairns, que reúne catorze países exportadores de produtos agrícolas (entre eles o Brasil), estão apoiando

o texto atual do diretor-geral do GATT Arthur Dunkel. A proposta defende um corte de 20% nos subsídios agrícolas internos, de 36% nos subsídios às exportações agrícolas e de 24% no volume de exportações subsidiadas, entre 93 e 99. Segundo os ministros europeus essa proposta provocará a ruína do campo na CEE, e omite a possibilidade de compensar de forma direta os agricultores pelas futuras reduções dos subsídios às exportações.

Estilo americano - Apesar da agricultura ser o ponto mais crucial entre outros 26 que estão sendo debatidos, a CEE considera que as propostas nas áreas de serviços, transportes marítimos, subsídios e legislação anti-dumping exigem mais concessões dos europeus aos seus parceiros comerciais do que recebem. A impressão dos observadores, porém, é que a CEE não pre-

tende rejeitar inteiramente o projeto de Dunkel, para permitir que as negociações prossigam em Genebra.

Enquanto isso não ocorre, as declarações de lado a lado esquentam o debate. Em recente visita à Europa, o vice-presidente norte-americano, Dan Quayle, causou indignação entre os europeus ao advertir a CEE sobre as consequências de um possível fracasso da Rodada Uruguai, salientando que: "Há uma relação entre a segurança econômica e a militar". O vice se desmentiu, mas o recado estava dado. Poucos dias antes porém o presidente Bush, no mesmo tom, já havia afirmado: "Ganhamos a guerra fria e ganharemos a guerra da competição", sustentou. "Faremos isso no estilo norte-americano, com resolução e equidade". (*O Estado de S. Paulo*, 14/1/92; *Gazeta Mercantil*, 14/2/92; *CEDI*, 10/3/92)

Salve o Planeta Terra dos economistas do Banco Mundial!

A polêmica iniciada após a divulgação pela imprensa internacional do memorando interno do economista-chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers, recomendando a exportação de indústrias "sujas" e de resíduos perigosos dos países ricos para os menos desenvolvidos, acirrou os ânimos dos principais formuladores da política ambiental brasileira e provocou reações em outras partes do mundo, algumas delas a favor das controvertidas sugestões do economista.

Em sua última edição, a revista inglesa *The Economist*, o semanário de assuntos econômicos mais influente da Europa, publicou um ardoroso editorial em favor das propostas, afirmando que "a migração de indústrias, incluindo as indústrias sujas, para o Terceiro Mundo é de fato desejável". Numa posição

oposta do *Economist*, o jornal *Financial Times*, também de Londres, atacou com veemência as idéias de Summers, classificando-as como "uma receita para a destruição". Intitulado "Salve o Planeta Terra dos economistas", o artigo sustenta que ele ignorou o real desafio, que é "achar uma forma equitativa de financiamento do crescimento limpo em qualquer lugar".

As "razões" do economista - Summers apresentou três razões na defesa da proposta de transferência de indústrias sujas e resíduos perigosos. A primeira diz que o custo econômico da poluição depende dos ganhos não realizados devido a mortes e doenças - esses custos são mais baixos nos países mais pobres. A segunda assinala que os custos crescem desproporcionalmente em relação ao aumento da poluição - o

que significa que a transferência de poluição para lugares onde o ambiente é mais limpo resultaria numa redução de custos. A terceira que o valor agregado ao meio ambiente sadio aumenta conforme a renda da população - isto quer dizer que haveria uma redução de custos se a poluição se transferisse dos países ricos para os pobres.

Dentro da distorcida lógica da economia de mercado, os argumentos de Summers podem parecer lógicos. Pressupõe, no entanto, que a decisão sobre localização de indústrias parta de estimativas de onde o custo da vida humana é mais baixo e, ainda, que o crescimento sujo é adequado aos países do Terceiro Mundo pois os mecanismos de controle ambiental são muito caros. (*Gazeta Mercantil*, 19/2/92; *Jornal do Brasil*, 24/2/92)

Desmatamento na Amazônia: os maiores responsáveis são os grandes proprietários

Os grandes proprietários rurais estabelecidos na Amazônia brasileira foram responsáveis por mais de 70% dos desmatamentos feitos na região - que atingem 415.200 km² - segundo denunciou o ecólogo Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) no Seminário Internacional sobre Pobreza, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Amazônia (Sindamazônia), encerrado no dia 21 de fevereiro, em Belém (PA).

Philip Fearnside, ganhador do prêmio Global 500 da ONU no ano passado, mostrou que o sistema fundiário existente na região (que considera desmatamento como benfiteira) e a política de incentivos fiscais para projetos agropecuários contribuíram, em grande escala, para que a destruição das matas atingisse índices alarmantes, com impactos negativos para todo o planeta.

Lembrou, ainda, que a especulação imobiliária - que valoriza a propriedade desmatada - e a construção de rodovias que propiciaram o deslocamento de grandes contingentes populacionais para a região sem a existência de uma

política de ocupação ordenada da terra, também são fatores que levaram aos desmatamentos e às queimadas em toda a Amazônia.

■ Vitória das populações tradicionais

No encerramento do Sindamazônia o governador do Pará, Jader Barbalho, assinou um decreto garantindo a titulação de terras dos descendentes dos quilombolas.

Essa população negra ribeirinha, vivendo nas margens dos lagos formados pelo rio Trombetas, no município de Oriximiná, são castanheiros e moram na região há mais de 100 anos. Estão ameaçados por projetos de mineração, principalmente a Mineração Rio do Norte (Porto Trombetas) de bauxita; pela futura construção da mega-hidrelétrica de Porteira (1400 Mw) e pela proibição da prática do extrativismo da castanha na Reserva Biológica do Trombetas (Ibama), na margem esquerda do rio, antigo local de moradia dessa população. (*Jornal do Brasil*, 21/2/92; *CEDI*, 27/2/92)

Greenpeace denuncia tráfico de lixo

O Greenpeace denuncia, há pelo menos 12 anos, a prática do "colonialismo da imundície" praticado pelos países ricos. Em 1988, sua documentada pesquisa sobre o tráfico do lixo elencou e localizou 115 carregamentos de rejeitos tóxicos "exportados" pelo mundo industrializado para países da América Latina e da África, como o Brasil, a Argentina, o México, o Panamá, o Uruguai, o Marrocos, o Senegal, a Guiné Bissau, o Gabão, o Zimbábue e a África do Sul.

Para o Greenpeace a recomendação contida no relatório do Banco Mundial (ver matéria nesta página) é imoral mas nem um pouco surpreendente pois expressa uma prática antiga. Entre 1986 e 1990 os grandes produtores e exportadores de lixo tóxico descobriram as vantagens de negociar com o Terceiro Mundo, principalmente os africanos - aos quais podiam facilmente pagar US\$ 40 por tonelada, enquanto os países europeus (mesmo os do Leste) costumavam exigir de US\$ 160 até US\$ 1 mil por tonelada, de acordo com o nível de periculosidade da carga.

Outra denúncia do Greenpeace é a de que a Inglaterra se tornou o grande empório da renegociação e redistribuição do lixo tóxico dos Estados Unidos. (*Jornal do Brasil*, 24/2/92)

Governo exclui ONGs da gestão do Programa Piloto para a Amazônia

O governo decidiu excluir as Organizações Não-Governamentais (ONGs) da gestão do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais, projeto que em cinco anos receberá US\$ 1,5 bilhão dos países ricos integrantes do G-7. A comissão interministerial preparatória do decreto que cria o grupo para gerenciar o programa encaminhará a minuta do texto ao presidente Collor, defendendo que os recursos sejam geridos apenas por integrantes do governo.

No projeto original, a comissão seria formada por representantes do

Ministério da Economia, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Itamaraty, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria do Meio Ambiente e dois representantes das ONGs. Segundo fontes da Semam, o Programa Piloto não terá participação de ONGs porque é um programa de governos estrangeiros para o governo brasileiro.

O dinheiro do G-7 está prometido ao Brasil há 14 meses e para recebê-lo uma comissão interministerial elaborou um projeto piloto que incluía a participação das ONGs. (*O Estado de S. Paulo*, 27/2/92)

Anteprojeto de lei propõe mudanças na legislação ambiental

As empresas poderão vir a ser obrigadas a fazer seguro ou oferecer garantias por potenciais danos ao meio ambiente. Mas poderão vir a ser dispensadas da atual exigência de contratar consultorias independentes para a elaboração de estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA), podendo utilizar os seus próprios recursos humanos.

Essas mudanças estão previstas no anteprojeto de consolidação das leis ambientais elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente (Semam), cujo texto foi publicado em suplemento do Diário Oficial da União no dia 17/2, com o objetivo de receber sugestões da sociedade.

Até o dia 16 de março as sugestões poderão ser encaminhadas para compor o texto final.

Embora seja denominado projeto de consolidação - o que tecnicamente significa que não deve fazer mais do que reunir leis esparsas em um só diploma legal - o texto incorpora inúmeras regras previstas apenas em portarias de órgãos do Poder Executivo ou em Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Introduce, ainda, inovações como o caso do seguro obrigatório e do fim da exigência de uma empresa independente elaborar o EIA/RIMA. (*Gazeta Mercantil*, 26/2/92)

ONU propõe PIB ecológico

A ONU pretende implantar, depois da Rio-92, uma nova metodologia para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) incluindo critérios ambientais. Especialistas de vários países estão discutindo formas para que os governos passem a contabilizar as potenciais perdas com a destruição ambiental.

O método de cálculo utilizado hoje só registra mudança na riqueza quando ela pode ser detectada pelo mercado. Quando uma floresta é abatida e vendida o país parece ter se tomado mais rico, mesmo que as árvores não tenham sido substituídas e a sua derrubada resulte em erosão dos solos, em inundações e na perda de alimentos e combustíveis para a população local. Os ambientalistas argumentam que se esse conceito não for mudado, os gover-

nos vão continuar adotando políticas de desenvolvimento como se os recursos naturais fossem ilimitados.

A idéia é que esses recursos sejam tratados como fonte de capital natural. Técnicos da ONU propõem a criação do Sistema Integrado de Contas Econômicas e Ambientais (Sicea), calculando a perda de recursos naturais da produção à demanda final.

Mas não há consenso sobre como incorporar ao cálculo do PIB os custos e benefícios ambientais. Ninguém sabe como calcular, por exemplo, o valor de uma floresta inexplorada, cujos produtos não são comercializáveis, ou como colocar um preço na poluição do ar. (*Gazeta Mercantil*, 7/2/92; *O Globo*, 22/2/92)

Obras para a Rio-92 estão atrasadas

Só os índios conseguiram cumprir o cronograma e já começaram a construir a aldeia Kari-Oca, em Jacarepaguá, onde estarão reunidos durante o evento. De resto, pouca coisa prevista tornou-se realidade. O Riocentro, sede da Conferência, está à espera das obras que deveriam ter começado no início de fevereiro e os organizadores do Fórum Global, com uma extensa agenda de atividades previstas para o Aterro do Flamengo, ainda não conseguiram patrocínio.

As promessas também não serviram para alterar o panorama da Floresta da Tijuca. Se os participantes da Rio-92 visitassem hoje o Parque Nacional da Tijuca - local escolhido pelo presidente Collor para anunciar que o país e a cidade sediarão a Conferência - encontrariam estradas esburacadas, deslizamentos e lixo. Na baía de Guanabara, a decepção seria a mesma: o projeto de despoluição atrasou, ainda não saiu do papel e a baía continua suja.

As vias de acesso ao Riocentro estão em péssimas condições, mal sinalizadas e com mato nos canteiros centrais e laterais. (*O Globo*, 22/2/92)

Estufas urbanas

Um trabalho realizado por três professoras da Universidade Federal da Bahia revelou que a temperatura em certas avenidas do Rio de Janeiro e de São Paulo chega a ser sete graus mais alta que a registrada na periferia das cidades. São as chamadas "ilhas de calor" cuja origem está na construção de prédios emvidrados. O vidro permite a entrada de luz solar, mas não deixa o calor sair. Os prédios esquentam, irradiando calor e determinando um aumento da temperatura nos arredores. O prejuízo é das pessoas que são obrigadas a trabalhar em locais muitas vezes insalubres e das próprias empresas que gastam com energia elétrica mais do que seria necessário para refrigerar os ambientes.

As ilhas de calor são um sorvedouro de energia em função dos potentes sistemas de ar condicionado dos prédios. Estima-se que as residências e edifícios brasileiros gastem 39% da energia produzida no país. (*Veja*, 26/2/92)

Fumicultores fazem boicote à indústria

Em assembléia realizada no dia 20 de fevereiro em Santa Cruz do Sul (RS), o Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo (Sintrafumo) decidiu pela suspensão total da entrega da produção às indústrias a partir de 29 de fevereiro. Deste dia até 3 de março, os produtores ligados à entidade devem impedir a circulação dos instrutores das indústrias e dos transportadores, inviabilizando o carregamento do fumo nas propriedades. Nos dias 4, 5 e 6 de março, o Sintrafumo planeja realizar bloqueios em estradas do Rio Grande do Sul para não permitir o transporte de fumo até as empresas.

A assembléia definiu encaminhamentos da presente safra, tendo em vista que os produtores querem receber Cr\$ 56.850,00 por arroba (15 quilos) de fumo, enquanto as indústrias oferecem

Cr\$ 34.906,80. Depois de estabelecer este valor a indústria não formulou uma contra-proposta, como era aguardado pelo Sintrafumo, que enviou um ofício ao Sindicato das Indústrias de Fumo (Sindifumo) manifestando sua posição sobre o preço e buscando a reabertura das negociações.

A previsão do presidente do Sintrafumo, Albino Gewehr, é que o boicote total atinja 60 municípios no Rio Grande do Sul. A entidade conta atualmente com 37 comissões no estado e aproximadamente 4 mil associados. Após o término da assembléia, os produtores foram em passeata até a praça da Prefeitura, onde formaram uma comissão para entregar um documento ao Sindifumo comunicando as decisões tomadas. (*Sintrafumo*, 19/2/92; *Gazeta do Sul*, 19 e 20/2/92)

Seringueiros reafirmam na Justiça seu direito à terra

Os seringueiros do município de Pimenta Bueno (RO) ganharam recurso impetrado, pela Associação dos Seringueiros de Pimenta Bueno, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Cerca de 70 famílias de seringueiros haviam sido despejados da Reserva Extrativista do Rio São Pedro, por força de liminar concedida pela Justiça do Município, em dezembro de 1991 (ver ACONTECEU n° 582).

A Associação contactou as entidades envolvidas no projeto de Preservação Ambiental e Defesa

dos Povos da Floresta, que levaram o caso aos advogados Maria José Urizzi e Ernandes Sigismundo, que impetraram o recurso junto ao Tribunal. Os advogados alegaram serem infundadas as acusações de que os seringueiros seriam invasores da área, provando à Justiça que, na realidade, estas famílias vivem do extrativismo naquela área há mais de 20 anos.

Desta forma, as famílias receberam comunicado da Justiça de que já podem regressar à RE do Rio São Pedro. (*Ecoporé*, 18/2/92; *Correio do Estado*, 31/1/92)

Polícia Federal retira proteção a sindicalistas

Em telex enviado ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, no dia 12 de fevereiro deste ano, o Departamento da Polícia Federal comunicou que a proteção prestada aos ameaçados de morte no sul do Pará estava sendo suspensa por falta de recursos. O presidente do inquérito sobre violência no campo, o sub-procurador-geral da República, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, decla-

rou no dia 18 que se alguma coisa acontecer com algum dos ameaçados, "a responsabilidade é da Polícia Federal". Ribeiro Costa afirmou ainda que não aceita as explicações dadas pela Polícia Federal: "Não estamos lidando com produtos em uma prateleira de supermercado, mas com vidas humanas", protestou. (*Jornal do Brasil*, 19/2/92)

Barragens

Rio São Francisco enfrenta a maior cheia de sua história

Essa é a conclusão dos técnicos da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), que informaram que as chuvas registradas nos últimos meses fizeram barragens como a de Sobradinho (BA), por exemplo, receber o dobro de sua capacidade em volume de água, em apenas dois meses e meio. Como consequência, a cheia já atingiu municípios localizados às margens do São Francisco em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Alagoas. Até o momento, 453 municípios já foram atingidos, 64 pessoas morreram e 183 mil estão desabrigadas. Os prejuízos, incluindo significativas perdas agrícolas, estão sendo calculados em torno de Cr\$ 140 bilhões.

Prefeitos dos municípios atingidos pela cheia em Minas Gerais acusam a construção de barragens como a principal responsável pelas cheias que, em que pese a gravidade da atual, se repetem ano a ano. De fato, com as intensas chuvas que desde o início de janeiro caem nas cabeceiras do rio São Francisco, as barragens nele construídas estão recebendo em seus reservatórios um volume d'água superior ao previsto. Com a estimativa de que o ápice da cheia deverá ocorrer no mês de março, os técnicos da Chesf partem do princípio de que é preciso esvaziar o máximo possível os reservatórios para que eles estejam aptos a receber o volume de água que se aproxima, e lograr manter a liberação de 10.500 m³ por segundo.

Não é tarefa fácil. O reservatório de Sobradinho tem profundidade média de apenas seis metros, sendo na verdade um imenso píres de 4 mil km². O de Itaparica, por sua vez, com 800 km², poderia ser comparado a uma xícara. Liberando 10.500 metros cúbicos por segundo, a Chesf esvazia o reservatório de Sobradinho em 25% de sua capacidade, e o de Itaparica (BA) em até 70%. Porém, com o aumento da cheia esperado, a Chesf pode precisar aumentar ainda mais o volume de água que libera das barragens, o que poderá agravar a já trágica situação das populações ribeirinhas. (*O Globo*, 23/2/92 e *CEDI*, 27/2/92)

Caso Chico Mendes: julgamento de Darly é anulado

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Acre anulou, no dia 28 de fevereiro, em sua segunda sessão, a decisão do júri da Comarca de Xapuri que, em 15 de dezembro de 1990, condenou a 19 anos de prisão o fazendeiro Darly Alves de Souza, responsabilizado como mandante do assassinato do líder sindical e ecologista Chico Mendes. Alegando insuficiência de provas arroladas nos autos contra o fazendeiro, a Câmara decidiu pela realização de um novo julgamento.

O desembargador Gersino José da Silva Filho, relator do processo de apelação, votou pela manutenção da sentença contra Darly e seu filho Darci, mas seu voto foi vencido pelos desembargadores Francisco das Chagas Praça e Eliezer Matos Scherrer, que foram parcialmente favoráveis à anulação do julgamento. A condenação de Darci Alves Pereira - filho de Darly que confessou ter atirado em Chico

Mendes - foi mantida conforme a decisão do júri popular.

O advogado Marcio Thomás Bastos, assistente da acusação, irá recorrer ao Superior Tribunal de Justiça para tentar anular a decisão. Segundo ele, um novo julgamento é desnecessário, pois o júri considerou suficientes as provas apresentadas e sua decisão é soberana. A população de Xapuri, onde Chico Mendes foi morto em 22/12/88, lotou o tribunal e concentrou-se em frente ao local para esperar a decisão, que provocou revolta.

Se a decisão aprovada pelos desembargadores for mantida pelo STJ, o novo júri deverá acontecer dentro de oito meses. Nesse período, Darly continuará na cadeia, pois além de responder pela morte de Chico Mendes, é acusado pelo assassinato de mais três pessoas no Paraná. (*Jornal do Brasil*, 24/2/92; *O Estado de S.Paulo*; *O Globo*; *JB*, 29/2/92; *Gazeta Mercantil*, 6/3/92)

O Comitê Chico Mendes divulgou nota na imprensa do Acre repudiando a decisão da Câmara Criminal, considerando-a um retrocesso. "A corajosa e exemplar decisão do tribunal do Júri Popular de Xapuri, que inaugurava uma nova fase na Justiça brasileira, onde mandante do crime também é condenado, foi vergonhosamente pisoteada (...). Tal decisão nos leva ao tempo em que mandante não vai para a cadeia, e demonstra que o "crime compensa" para quem o trama".

O Comitê alertou para a ameaça que essa decisão pode significar não só às lideranças sindicais, mas também aos jurados e testemunhas do julgamento anulado. Sobre a chance de reverter a decisão da Câmara Criminal, a nota afirma que "soamente a pressão popular poderá reverter esta situação. Neste terreno, apenas perdeu-se uma batalha: a luta por Justiça continua."

Reforma Agrária

Vale a pena ver de novo?

O governo Collor tem pecado pela repetição de medidas para o setor rural, editadas em sucessivos pacotes. Boa parte dos pontos anunciados dentro do "Programa da Terra" (ou "Terra Brasil"), em janeiro, já haviam tido uma versão anterior, em outubro passado, ainda que com ligeiras modificações.

A contabilidade da Reforma - O orçamento ora previsto é de Cr\$ 8 trilhões. Para 1992 está previsto um gasto de Cr\$ 1,7 trilhão, sendo Cr\$ 186.606.950 mil para o assentamento de 50 mil famílias. Estudos técnicos revelam, contudo, que esse montante corresponde a 78% do efetivamente necessário.

Prevê-se ainda o assentamento de 385.507 famílias entre 1992 e 1994. Somadas as 14 mil que o governo diz ter assentado em 1991, totalizariam 400 mil. No entanto, segundo dados da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o total de assentados girou em torno de 2 mil, sendo o restante titulação de antigos beneficiários.

Quanto à titulação de terras ne-

cessárias ao assentamento das famílias, o governo estima arrecadar, em 1992, 2.986.031 ha, porém somente 24,61% estão disponíveis. Parte do restante será comprado de particulares. O "contorno" da questão agrária brasileira pela via do mercado fundiário evita um confronto direto com a oligarquia agrária e a burguesia agroindustrial nacional, e não garante o estoque de terras necessário à efetivação do Programa.

Representatividade - É notável a participação do setor militar na condução do processo. A Secretaria de Assuntos Estratégicos, por exemplo, tem reivindicado a Diretoria de Planejamento do Incra e compõe, juntamente com o Gabinete Militar da Presidência, o Ministério do Exército e outros órgãos da administração direta, o grupo de trabalho sobre a reforma agrária. Por outro lado, a participação da sociedade civil na discussão e definição de suas metas é quase nula. Contag, por exemplo, no processo de aquisição de terras aparece apenas com a função de observador.

A Reforma na prática - Um exame da experiência do atual governo no campo fundiário tem demonstrado sua opção pela via "empresarial" da questão agrária. As bolsas de arrendamento e parceria e a condução do programa de assentamentos e formação de cooperativas de assentado, entregues à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), tem colocado claramente com quais interlocutores o governo pretende dialogar. No entanto, movimento sociais continuam levando à frente suas reivindicações por terra. Respostas têm sido obtidas mais no nível dos governos estaduais, com a constituição de fundos para a aquisição de terras, para crédito aos assentados e alocação de terras públicas para os assentamentos.

Se essas iniciativas têm significado alternativas a um modelo de gestão de políticas centralizador, não excluem a responsabilidade do governo federal de não-realização de um plano massivo de distribuição de terras. (Sérgio Leite, assessor do IBASE)

As igrejas e a ECO-92

O encontro ecumênico internacional que acontecerá durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) será um acontecimento singular para a história do ecumenismo no Brasil. Com o patrocínio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em conjunto com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), pela primeira vez um evento dessa magnitude acontecerá em terras brasileiras. Até aqui, o CMI promoveu consultas e outros eventos no Brasil, porém, nunca um encontro de tal natureza. Essa singularidade é reforçada pelo apoio do Conic, que se traduz em termos do suporte nacional e da convocação das Igrejas-Membros.

De fato, ampliam-se os limites do ecumenismo na medida em que a presença do Conic traz consigo para o evento o concurso dos irmãos romano-católicos.

O encontro também contribui para a ECO-92 por meio da reflexão e do testemunho acumulados pelo movimento ecumênico nas últimas décadas, representados, especialmente, pelas posições do CMI. Ditas reflexões têm quase sempre relacionado a temática ecológica à criação e à justiça social.

À medida que a Conferência

das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento levanta a bandeira do "desenvolvimento sustentável", faz-se necessário lembrar que, há décadas, o CMI alçava o conceito de "sociedade auto-sustentável" e, posteriormente elaborava, holisticamente, o tema - Justiça Paz e Integridade da Criação. Esta perspectiva evangélica é reconhecidamente mais abrangente, mais complexa e integral.



Acolhida cristã - As atividades do encontro ecumênico serão concentradas nos primeiros sete dias de junho, culminando numa grande vigília do dia 6 para o dia 7, e numa celebração ao amanhecer do domingo de Pentecostes. As dioceses católicas de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias especialmente, e as

igrejas evangélicas ecumênicas acolherão o evento na Baixada Fluminense. Assim, como sinal dos compromissos éticos e ecumênicos por uma nova sociedade, o Encontro pretende ser equitativamente balanceado entre as atividades dos eventos paralelos à ECO-92 (ONGs, eventos culturais, etc) e a presença no meio de uma comunidade localizada na periferia a qual enfrenta cotidianamente problemas de injustiça social e de degradação do ecossistema. Os outros seis dias (7 a 12 de junho) até o final da Conferência das Nações Unidas serão usados para integração com atividades de outros segmentos da sociedade civil que deverão estar acontecendo naquele período.

Aspectos importantes do Encontro serão a aprovação de um documento final que deverá ser encaminhado com a intenção de influir mesmo na Conferência da ONU; a vivência celebrativa/litúrgica; e a integração com a comunidade através de eventos culturais e comunitários.

Construir o ideal bíblico de um mundo habitável (*oikos*) é tarefa para o presente, ainda que orientada para o futuro na busca de novos céus e nova terra. (Reynaldo Leão, 6/3/92)

WACC realiza painel

"Evangelização e comunicação à luz dos 500 anos" é o tema do painel que será realizado pela Associação Mundial para as Comunicações Cristãs (WACC) - América Latina e Caribe (São Paulo, 24 de março).

Os participantes estarão refletindo as mudanças radicais que vive o mundo hoje nos campos social, político, econômico e religioso e se perguntando: diante de tanta indefinição e falta de perspectiva a religiosidade popular enfrenta transformações - será que as pessoas estão deixando suas manifestações religiosas de lado? Será que a necessida-

de de lutar pela sobrevivência está distanciando homens e mulheres de Deus?

Para encontrar as respostas serão feitas exposições com os seguintes temas: Evangelização e Comunicação nas igrejas protestantes históricas e católica; Pentecostalismo Autônomo; A influência da conjuntura social, política e econômica na religiosidade popular.

O painel terá a participação dos teólogos Jaci Maraschin e José Bittencourt Filho e do jornalista e pesquisador Ismar de Oliveira Soares. (CEDI, 26/2/92)

Encontro mundial de juventude

Jovens do mundo inteiro estarão reunidos no Brasil em julho de 1993 para o Encontro Ecumênico Mundial de Jovens e Estudantes. O encontro tem o apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e da Federação Universal dos Movimentos Estudantis Cristãos (Fumec). Os jovens pretendem fazer uma análise crítica da realidade para assumir um compromisso de maior participação. (CEDI, 26/2/92)

Fome de Deus

O empreiteiro sueco pentecostal Goran Oscarsson erguerá na Rússia mil igrejas pré-fabricadas. Segundo o empreiteiro que vai investir na fé, "os russos têm fome não só no estômago, mas também em suas almas". (Folha de S. Paulo, 21/2/92)

CEBs realizam seminário de aprofundamento

"Refletir a caminhada das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil, aprofundando seus atuais desafios e perspectivas diante das transformações no panorama mundial e da conjuntura eclesial" - este foi o objetivo do I Seminário Nacional de Aprofundamento da Vida das CEBs (Goiânia/GO, 13 a 16 de fevereiro).

O seminário contou com 57 participantes de todo o Brasil, integrantes da Comissão Nacional Ampliada de CEBs, que tem par-

ticipação evangélica, secretariado do 8º Intereclesial, bispos e assessores.

A partir do estudo de *Ezequiel 37*, o grupo analisou a conjuntura eclesial e várias questões da vida das CEBs que foram levadas pelos regionais. Uma das conclusões aponta que as CEBs estão vivendo um momento fecundo de avaliação e de aprofundamento de sua caminhada, e que esse processo deve ser estendido a todo o Brasil. (CEDI, 26/2/92)

CNBB contra a corrupção

A Igreja Católica pretende desencadear uma campanha nacional para denunciar o recrudescimento da corrupção no Brasil. Os principais dirigentes da CNBB condenam este fato - envolvendo inclusive ex-ministros de Estado - e a impunida-

de dos crimes de *colarinho branco*. "Quando penso nessas coisas - a corrupção de homens públicos - tenho vergonha de ser brasileiro", resume o arcebispo de São Luís, d. Paulo Ponte. (Jornal do Brasil, 8/3/92)

Igreja Católica lança Campanha da Fraternidade de 1992

"Juventude - Caminho aberto" é o tema da Campanha da Fraternidade de 1992 lançada pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) no último dia 4. A campanha é uma tentativa de aproximação da Igreja Católica com os jovens brasileiros.

Segundo a CNBB, pesquisas apontam que 75% dos 27,4 milhões de jovens brasileiros (com idades entre 15 e 24 anos) afirmam que são católicos, mas apenas 50% participam esporadicamente de missas e atividades da Igreja.

Por intermédio da campanha serão discutidos temas como Aids, sexualidade, campo de trabalho e os meios de aumentar a participação da juventude na vida do País, inclusive na Igreja. "A campanha é para tornar a Igreja mais jovem", disse o secretário executivo da Pastoral da Juventude, Daniel Seidel.

Entre as propostas que a CNBB defende está a de desencadear um movimento para que se regulamente o serviço militar voluntário ou alternativo, já previsto em lei aprovada em outubro passado. (Folha de S. Paulo, 5/3/92)

Mulheres ordenadas na Austrália

As dez primeiras sacerdotisas da Igreja Anglicana da Austrália foram ordenadas no último dia 7, depois que um tribunal rejeitou um recurso para impedir a ordenação.

A Catedral de São Jorge na cidade de Perth ficou lotada durante o serviço, que durou duas horas e foi mostrado, numa sala contígua, em um telão de TV. O arcebispo de Perth, Peter Carnley, recebeu na igreja as dez mulheres e um homem, também ordenado.

"Hoje é um dia de expansão dos horizontes e de novas perspectivas globais, para as próprias candidatas e mulheres em geral, para a Igreja desta diocese e da Austrália, e para o mundo do futuro", disse o arcebispo. No dia anterior, a Corte Suprema da Austrália Ocidental rejeitou o recurso apresentado por três padres e um advogado da cidade de Perth, que questionavam a constitucionalidade da ordenação das mulheres. (Jornal do Brasil, 8/3/92)

Padre Ricardo Rezende recebe prêmio

Por ser uma das pessoas que denuncia com veemência o trabalho escravo no Brasil, o padre Ricardo Rezende, de Rio Maria (PA), receberá a Medalha de Prata/92 da *Anti-Slavery Internacional* (Sociedade Internacional da Luta contra a Escravidão).

Para o padre Jerônimo Nunes, secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a atribuição do prêmio ao padre Ricardo é importante para todos os que lutam contra a situação degradante que existe no Brasil. Em 1989 a CPT registrou 597 casos de trabalho escravo; 1.599 casos em 1990 e 4.501 casos no ano passado. Os fatos denunciados são a ponta de um *iceberg* que, segundo cálculos de sociólogos, atinge 40 mil trabalhadores rurais.

O padre Ricardo Rezende esteve na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra (Suíça), no mês de fevereiro, denunciando a impunidade dos assessorios de lavradores. (Agên, 5/2/92)

Frei é ameaçado de morte na Bahia

O frei franciscano Luiz Máximo Cappio está recebendo ameaças de morte, segundo denúncia feita pelo bispo da Diocese de Barra (BA) d. Itamar Viari.

A causa dessas ameaças é o caso de frei Luiz denunciar em nome próprio os produtores de maconha na região e, ao mesmo tempo, a ação conscientizadora que realiza junto à população local.

Em documento divulgado em janeiro d. Itamar declara: "A Diocese de Barra manifesta total solidariedade ao frei Luiz, e a todas as pessoas que defendem e promovem a vida. Tudo devemos fazer para que cada vida humana possa desabrochar e crescer. Denunciamos e condenamos todos os crimes pessoais e coletivos contra a vida. Sejam promotores e defensores da vida em meio a uma cultura de morte". (Notícias, 6/2/92)

Comissão Especial começa discutir novo Estatuto do Índio

A Comissão Especial que foi criada na Câmara dos Deputados, composta por 40 parlamentares, para apreciar e dar parecer sobre projetos de lei de consolidação dos direitos indígenas fez sua primeira reunião no dia 11 de março. A Comissão tem como presidente o deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA). O vice-presidente é João Fagundes (PMDB-RR) e a relatora é Teresa Jucá (PDS-RR).

Os dois deputados roraimenses sempre pautaram suas atuações parlamentares contra as demarcações de forma contínua das áreas indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol, assim como defendem a

exploração de minérios nas terras indígenas

Teresa Jucá elaborou um projeto que estabelece normas para pesquisa e lavra das riquezas minerais em áreas indígenas, que está tramitando no Congresso.

A Comissão Especial estará analisando dois projetos de lei, o enviado pelo Executivo e um de autoria coletiva assinado pelos deputados Aloísio Mercadante, Fábio Feldman e outros (PI nº 2057). O presidente da Comissão enviou carta às organizações não-governamentais para convocá-las a participar do processo de discussão. O Cimi vai encaminhar à Comissão uma terceira proposta.

Para a sessão do próximo dia 19 de março, a Comissão convocou o prof. Roque Iaraia, da Associação Brasileira de Antropologia, e o procurador Vagner Gonçalves, da Procuradoria Geral da República. Para a sessão do dia 24, serão ouvidos Márcio Santilli, do Núcleo de Direitos Indígenas, e um representante do governo, nome ainda a ser confirmado. Haverá uma segunda etapa de painéis temáticos, uma terceira de visitas dos membros da Comissão a áreas indígenas e ainda um estudo de legislação comparada, antes que a Comissão entre na reta final das suas conclusões. (CEDI, 11/3/92)

Funai encaminha área dos Jamamadi ao ministro

No dia 21 de fevereiro passado, foi publicado no Diário Oficial, o despacho nº 01 do presidente da Funai, Sidney Possuelo, encaminhando ao ministro da Justiça proposta de delimitação da Área Indígena Igarapé Capana localizada no município de Boca do Acre, Amazonas, com uma extensão aproximada de 127 mil e 650 hectares.

A área do Igarapé Capana, que é território tradicional dos Jamamadi, esteve, na última década, pouco ocupada pelos índios devido às doenças contraídas, principalmente uma epidemia de sarampo que causou muitas baixas. Abandonados e

sem assistência, os Jamamadi interpretaram essas doenças e mortes como um forte feitiço e saíram da área, dispersando-se em pequenos grupos familiares no mesmo município. Apenas duas famílias permaneceram na área, em seu limite sul. Os outros Jamamadi esporadicamente voltam ao Igarapé Capana para a coleta de castanha. Há pelo menos dois anos, ocorre um lento movimento de retorno das famílias ao seu território tradicional. Alguns líderes familiares já começaram a fazer roça e organizar a coleta de castanha na área, preparando o retorno. (CEDI, 9/3/92)

Os Karajá de Aruanã querem sua terra demarcada

O índio Karajá Hawakati entregou, em 27/2, ao procurador da República em Goiás, Francisco Moreira Camarço, coordenador do Setor de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, representação contra a Funai solicitando a propositura de ação civil pública para a demarcação da área ocupada pelos Karajá, em Aruanã, além da desapropriação de áreas próximas.

O documento é assinado também pela coordenadora do Projeto Karajá de Aruanã, Maria Aparecida A. da Silva e foi elaborado pelo advogado Ailtamar Carlos de Silva.

Na representação, o índio explica que a área ocupada historicamente por sua aldeia, em Aruanã, foi reduzida ao longo dos anos, e que seu povo tem sido vítima das especulações imobiliárias da cidade e desatenção das autoridades da Funai "que na época nada fizeram".

Os 53 índios Karajá de Aruanã vivem em 10 casas de palha, numa aldeia de 15 mil m², cercados por tela de arame, no centro da cidade turística. Para construir seus barracos, eles são obrigados a pedir permissão aos fazendeiros, de cujas propriedades retiram o material de confecção. (O Popular, 1/3/92)

A Funai é centralizada

A Funai começou a ser centralizada pelo seu presidente em 5/2, com a publicação no Diário Oficial, de uma lista dos 1088 funcionários comissionados exonerados de suas funções e, em seguida, outra com os 831 readmitidos em novos cargos.

A reforma administrativa foi confirmada em 19/2, com uma portaria do ministro da Justiça exonerando o superintendente geral e os seis superintendentes regionais de Manaus, Belém, Cuiabá, Goiânia, Curitiba e Recife.

Essa reforma transfere para a sede da Fundação, em Brasília, todas as atribuições das antigas superintendências, que eram responsáveis pelo atendimento direto aos índios nas aldeias, e pela distribuição do orçamento. As superintendências foram rebaixadas à categoria de administrações regionais - que agora são 46 e atuarão sem autonomia administrativa ou orçamentária, vinculadas diretamente à Diretoria Geral de Assistência que, por sua vez, está subordinada diretamente ao presidente da Fundação.

Eliana Lucena, coordenadora de Assuntos Externos da Funai, disse que o objetivo da reforma é eliminar escalões e evitar interferências políticas regionais. E também valorizar o trabalho de campo, remunerando melhor os funcionários e chefes de Postos Indígenas.

O novo organograma ainda não foi divulgado, e o final do processo ocorrerá com a assinatura de um decreto presidencial. (CEDI, 10/3/92)

Chefe de Posto transfere compulsoriamente 17 Kaingang de Cacique Doble

Visando favorecer políticas municipais anti-indígenas, dia 29 de fevereiro, o funcionário da Funai, Moacir Fantin, apoiado pelo vereador indígena Moacir Wenkanh Ferreira Doble (PFL) transferiram para a AI Guarita, onde encontram-se sem alimentação, 17 pessoas da família do líder Firmino Kagbar Manoel Antônio. Para realizar a operação, convocaram a Brigada Militar, que recusou-se a colaborar. A Índia Ercília Malaquias, grávida de sete meses, sofreu ameaça de aborto em virtude dos traumas sofridos e teve de submeter-se à cesariana de risco no Hospital de Três Passos.

A transferência é represália à permanente luta do Kaingang Firmino em defesa de sua comunidade. Recentemente, posicionou-se contra a "expulsão" pelo Posto Indígena de duas índias menores, filhas de Segundo Ferreira Doble.

A prática deliberada de tentar desaldear índios e esvaziar a área indígena tem sido uma constante em Cacique Doble. Tais fatos foram denunciados, pouco antes da transferência, por telefone e por es-

crito, ao presidente da Funai, Sidney Possuelo.

Firmino posicionou-se também, contra a construção de um aeroporto na terra indígena, assim como o asfaltamento da rodovia RS-477 no trecho que corta o Posto Indígena, embargado em 1990 pela Procuradoria da República. Obteve a retirada de dentro da área indígena dos depósitos de lixo dos municípios de Cacique Doble e São José do Ouro. Firmino denunciou à Procuradoria da República no RS a situação da viúva Kaingang Augusta Rosa Antonio que aguarda há 14 anos o recebimento de pensão pelo falecimento de seu marido, índio funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, pois teve seus documentos apreendidos pelo cel. Hermínio Goulart, funcionário do SPI/Funai, para que não recebesse o benefício; o caso continua sem solução.

Moacir Fantin encontra-se de posse do mapa da AI Passo Grande, localizada a 16 km de Cacique Doble, no rio Forquilha e demarcada em 1913 - que roubou de Firmino alegando que o mesmo "denunciaria em Porto Alegre a invasão das terras indígenas prejudicando os

colonos". No ano de 1972, o também chefe de posto de Cacique Doble, Lídio Della Beta, transferiu desse local 38 Kaingang descendentes da pajé Maria Grande, para vender os 226 hectares ao colono Luís Calderan, que por sua vez lavrou com tratador um cemitério indígena com 40 sepulturas, visando apagar o direito indígena sobre essa terra.

As perseguições às famílias de lideranças Kaingang por parte de chefes de posto têm se tornado lugar comum no RS, que contam desde o período do SPI com um aparato repressivo de cárceres privados e polícia indígena que favorece tais abusos. O destino destas lideranças é quase sempre o exílio involuntário na AI Guarita, onde, sob a guarda do cacique Samuel Claudino, permanecem os índios "revoltosos" como são taxadas as lideranças conscientes no jargão dos funcionários locais da Funai. Nessa situação de transferidos encontram-se as famílias dos índios Floriano Nascimento (Nonoai) e João Carlos Kanneró (Rio da Várzea), entre outros. (Rodrigo Venzon/*Anal-RS*, 10/3/92)

Tribunal Federal dá direito de posse aos Pataxó

O Tribunal Federal da 1ª Região, em Brasília, no dia 5 de fevereiro, proferiu sentença favorável aos índios Pataxó Há Há Hãe, da posse dos 1.800 hectares da Fazenda São Lucas, no município de Pau Brasil, que integra parte dos 36.000 ha. da reserva indígena Caramuru/Paraguassu, que abrange mais dois municípios: o Itaju do Colônia e Camacã, no sul da Bahia.

A família do fazendeiro Gener Pereira Rocha entrou com recurso extraordinário para anular a sentença, continuando assim a disputa de 10 anos com os Pataxó, que lutam para reaver suas terras. A reserva indígena, criada em 1926 e demarcada em 1936/37, era o último refúgio dos índios do sul da Bahia. Aos poucos os Pataxó foram sendo expulsos da área, através de arrendamentos, invasões e descaso do órgão da política indigenista. Em 82 os Pataxó ingressaram na Fazenda São Lucas, num movimento de re-

cuperar suas terras tradicionais.

No último lance judicial, o Tribunal julgou uma ação de interdito proibitório em que a Funai impediu a ação de reitegração de posse, requerida por Gener Rocha.

Segundo o advogado Altamirando Marques, que defende um grupo de fazendeiros nessa questão da posse das terras da reserva Paraguassu contra a Funai, a sentença proferida pelo Tribunal da 1ª Região é parte de um processo isolado que Gener Rocha move contra a Funai, para desalojar os Pataxó.

Altamirando explicou ainda que, paralelo a esse processo, os mais de 200 fazendeiros que estão dentro do perímetro da reserva, enfrentam uma grande batalha no Supremo Tribunal, contra uma ação cível ordinária, onde a Funai propõe a anulação dos títulos de propriedade das fazendas que estão dentro da reserva Caramuru/Paraguassu. (CEDI; *A Tarde*, 12/2/92)

A terra dos Tapuia de Goiás será desintrusada

Os índios Tapuia, um dos três grupos que habitam em Goiás, em constante atrito com grileiros, finalmente vão ter a terra em que vivem desde 1785 quando foram aldeados no Carretão.

A Funai determinou a desocupação dos 1.743 hectares pertencentes aos Tapuia, com a retirada ainda este ano dos invasores que se encontram na área. O processo de indenização dos ocupantes da reserva está sendo analisado pelo Departamento Fundiário da Funai, em Brasília. Num trabalho conjunto com o Incra, a Funai detectou a presença de 12 famílias de posseiros na Área Indígena Carretão, localizada no município de Rubiataba. A equipe que fez o levantamento constatou também reflexos danosos sobre os recursos naturais da região, como o extermínio das matas pela comercialização indiscriminada da madeira-de-lei. (*Correio Braziliense*, 29/2/92)

“M” de Magri na enciclopédia dos escândalos

O governo Collor tem apresentado um ótimo jogo de cena para se livrar das acusações que o assolam. Simplesmente, um caso abafa o outro. Agora, é a vez do ex-ministro do Trabalho, Antonio Magri, acusado de suborno no escândalo da Previdência.

Numa gravação com seu ex-subordinado, Volney Ávila, Magri afirma ter recebido US\$ 30 mil para parcelar a dívida que uma empresa tinha com a Previdência. Inicialmente, o ex-eletricitário argumentou que estava apenas fazendo um teste de honestidade com Volnei. Depois, ele disse que a gravação fôra montada para desgastar sua imagem.

Sindicalismo de resultados - A cobertura dos fatos na imprensa é farta mas, na sua esmagadora maioria, a íntima ligação que Magri mantinha com Luiz Antonio Medeiros, presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, passa despercebida.

Na gravação, Magri se refere a Medeiros com palavras diferentes do outrora “companheiro”.

Para se desvencilhar dessa parceria, Medeiros atacou Magri frontalmente, sepultando aquilo que foi saudado por empresários e pela mídia como a aliança “moderna” do sindicalismo de resultados, berço da proposta pragmática e responsável de uma nova corrente sindical. Na realidade, esta aliança já estava em decomposição, mas o fato novo é que, agora, eles são inimigos. Talvez isto permita perguntar se o que os unia era, de fato, um projeto sindical ou, meramente, a confluência oportuna de bons negócios à vista.

O articulista Luís Nassif, por exemplo, escreve, na sua coluna na *Folha de S. Paulo* (3/3/92), que “no final do governo Sarney, Medeiros, (...) meteu-se em articulações tentando atrelar o pacto social a uma nebulosa operação de exportação de casas pré-fabricadas com conversão de dívida pelo valor da face”, lembrando, por fim, que a cobertura da imprensa ao sindicalismo de resultados relaxou o controle sobre o mesmo.

Assim, para apagar Magri de seu currículo, Medeiros negou apoio ao pedido do ex-ministro quando este lhe procurou buscando ser indicado para o Tribunal Superior do Trabalho. Posteriormente, o presidente da Força afastou seu secretário particular, Décio Cardoso, o “Faixa”, dos quadros de seu sindicato, pois este, segundo o próprio, “foi sempre leal a mim, mas também tem muita lealdade com o Magri”.

Irritado, Magri lembrou Medeiros, publicamente, de quando “precisou fisicamente e financeiramente de mim”. Ainda presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, o ex-ministro foi, em 87, com sua turma (munido de dois revólveres e uma espingarda) dar uma força ao metalúrgico em apuros com a oposição. Além da truculência, o eletricitário também deu outra força ao metalúrgico. Foram US\$ 100 mil em 84 e US\$ 50 mil na última eleição sindical dos metalúrgicos de S. Paulo. Ao cabo, Magri deu uma última estocada: “Medeiros está ressentido porque gostaria de ter indicado pessoas no Ministério e eu não deixei”. (CEDI, 9/3/92)

Metalúrgicos de SP fecham acordo

Suspensa, em 12/2, para retomada das negociações, a campanha emergencial dos 500 mil metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e São Paulo terminou, no dia 20, com acordo entre as partes. Nele, os sindicatos, todos eles filiados à Força Sindical, baixaram a guarda de suas reivindicações. Acenando com a proposta de jornada flexível, aceitaram a redução de jornada e de salários com posterior compensação, mas a Fiesp negou-se a negociar a estabilidade no emprego embutida nessa proposta. Com argumento idêntico ao dos patrões, Luiz Antonio Medeiros, presidente da Força e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, justificou que: “O que garante a estabilidade é o crescimento econômico”.

Os sindicatos abriram mão, ainda, da reposição das perdas de novembro a fevereiro, concordando com o reajuste de 17 e 20%. Em troca da estabilidade, os trabalhadores obtiveram a garantia ao emprego até o fim do mês. Caso o trabalhador seja demitido, além da justa causa, ele têm direito a um salário nominal.

Vermelho - A CUT e a CGT criticaram o modo como o acordo foi fechado, discordando dos sindicatos da Força, que não convocaram assembleias para aprovação da proposta patronal, aceitando-a sem submetê-la às bases. De outro lado, a garantia é irrelevante caso as empresas decidam demitir visto que muitas delas já vinham cortando custos com licenças remuneradas, férias coletivas e redução de horas extras. Embora algumas empresas tenham ido além do acordo, Nildo Masini, membro do Grupo 19 da Fiesp, aventou a possibilidade de quebra do acordo e alertou: “Algumas empresas terão dificuldades”.

Ciente do magro resultado que obteve, Medeiros, preocupado com sua imagem, avisou que “meu prazo é setembro. Se até lá o governo não der a virada, vou bater duro”. Por enquanto, ele está assoprando para que os efeitos da recessão não doam muito, mantendo-se na incômoda posição de sustentação do governo. Para evitar desgastes, ele mudará o tom de seu discurso: “Com a inflação em queda, minha campanha é uma. Senão, será bem mais avermelhada”. (CEDI, 9/3/92)

Demissões em SP chegam a 43 mil

Subiu para 43.823 o número de demitidos na indústria paulista neste ano com as 6.499 novas dispensas efetuadas na segunda semana de fevereiro, totalizando, neste mês, menos 16.683 postos de trabalho. Com isto, as demissões já correspondem a 73,03% das 60 mil dispensas previstas pela Fiesp para o primeiro trimestre de 92.

Nos últimos 12 meses, a queda do nível de emprego foi de 6,84 %, correspondendo a 122.804 demissões.

Dos 46 setores pesquisados pela Fiesp, 24 cortaram mão de obra, 16 se mantiveram estáveis e apenas seis fizeram contratações. (*Folha de S. Paulo*, 25/2/92, *Diário Popular*, 25/2/92)

Oito de março, Dia Internacional da Mulher

As trabalhadoras costureiras, que estão acampadas há 27 dias em frente à casa da família Calfat em protesto ao não pagamento de seus salários, receberam, no dia 8, uma homenagem especial. O Sindicato das Costureiras de S. Paulo e Osasco levou centenas de pessoas ligadas à categoria para participar de um ato público no acampamento em solidariedade às 128 funcionárias das Confecções Calfat.

A manifestação contou com a participação da União Brasileira de Mulheres, da União Popular de Mulheres do Estado e União de Negros pela Igualdade, que elegeram as trabalhadoras costureiras como símbolo do Dia Internacional da Mulher.

Gilse Consenza, presidente da União Brasileira de Mulheres, lembrou que as dificuldades vividas pe-

las trabalhadoras da Calfat é semelhante à luta das 129 mulheres norte-americanas que deu origem ao Dia Internacional no século passado. A comemoração foi instaurada em homenagem às funcionárias da empresa Cotton, em Nova Iorque, que foram queimadas vivas por reivindicar jornada diária de oito horas e melhores condições de trabalho.

Ato - A comemoração do dia 8 em S. Paulo teve lugar no Vale do Anhangabaú e foi realizada pela Comissão Oito de Março, integrada por 25 entidades, promovendo números de teatro e dança. Também houve espaços para denúncias, como o caso da estudante Márcia Leopoldi, assassinada em Santos há oito anos pelo ex-namorado, que será julgado pelo crime no próximo dia 4.

No dia 9, a prefeita Luiza Erundina deve comparecer à Câmara Municipal para entregar aos vereadores os projetos de lei que tratam da regulamentação das Coordenadorias da Mulher e do Negro além do Conselho do Idoso. Os projetos de lei visam garantir a continuidade dos serviços já prestados à população pelas Coordenadorias e pelo Conselho como, por exemplo, a Casa Eliane de Grammont, que presta atendimento às mulheres vítimas de violência. Às 18h, a prefeita deve inaugurar, na praça Roosevelt, o Centro de Informação da Mulher (CIM), que reunirá, pela primeira vez no Brasil, um acervo sobre a mulher. Na ocasião, deve ser lançada a revista *Mulher e Meio Ambiente*, publicada pelo CIM e pelo CEDI. (*Diário Popular e CEDI*, 9/3/92)

Mulher e Meio Ambiente

Das mudanças globais do clima aos problemas éticos das novas tecnologias reprodutivas, a preparação do Fórum Global Rio-92 vem incentivando cada vez mais, amplos setores dos movimentos sociais a aprofundarem discussões e se aglutinarem em torno de temas até então insuspeitados, envolvendo os mais abrangentes aspectos técnicos, econômicos, sociais, éticos e políticos das dimensões da vida no e do Planeta.

A publicação da revista "Mulher e Meio Ambiente" vem contribuir com o debate sobre a qualidade da vida e as estratégias de desenvol-

vimento, incorporando o ponto de vista de gênero à discussão ambiental, criticando o androcentrismo presente em grande parte das análises ambientais. Devido sua participação vital no ciclo da reprodução humana, de suas responsabilidades - ainda não compartilhadas - na esfera doméstica e de seu papel na produção, as mulheres são as mais diretamente atingidas pela degradação ambiental. São portanto, as mais interessadas em ver efetivadas suas perspectivas de gênero nas novas alternativas de desenvolvimento. Aliás, os problemas decorrentes da degradação ambiental não podem ser colocados independentemente das culturas e organizações so-



Ilustração de Marlene Rodrigues para o artigo "As mulheres e a ecologia do cotidiano".

ciais, e de uma redistribuição mais justa das riquezas entre os povos, as etnias, as classes sociais e os sexos.

Esta publicação foi fruto dos esforços conjuntos de discussão sobre o tema do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e do Programa "Mulher e Meio Ambiente" do CIM (Centro Informação Mulher), a partir das reflexões suscitadas por dois seminários sobre "Mulher e Meio Ambiente" que contaram com a participação de cerca de 40 mulheres dos movi-

mentos popular, feminista e sindical de São Paulo, Rio e Bahia.

Entre seus artigos constam análises sobre o encontro do feminismo com a ecologia no Brasil, a política ambiental do governo brasileiro, direitos reprodutivos e tecnologias, as questões populacionais, trabalho, sindicalismo e meio ambiente, o meio ambiente urbano, além dos principais documentos dos Encontros de Mulheres, que devem subsidiar os debates na Eco-92.

◆ Pedidos ao Setor de Distribuição do CEDI telefone: (011) 825-5544 — (021) 224-6713 preço por exemplar: 3.000,00

Estados, municípios e entidades administrarão Ciacs

"O Ministério da Educação vai repassar aos estados e municípios a administração dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs) que estão sendo construídos pelo governo federal", disse o ministro José Goldemberg. A gestão deverá variar dependendo do lugar, mas já está confirmado que no Rio de Janeiro caberá ao estado e em São Paulo ao município, onde, a partir de julho ou agosto, começarão as obras para a construção de pelo menos duas unidades. Poderá também, segundo o ministro, ser analisada a opção de repassar para entidades beneficentes, como o Rotary Club,

o gerenciamento dos centros.

A meta é, nos próximos três anos, duplicar os gastos com ensino através dos Ciacs. "Atualmente a despesa é de US\$ 25 por mês por aluno e queremos chegar a US\$ 50. Não existe ensino bom e barato", disse Goldemberg. O objetivo do governo para 1992 é inaugurar 500 Ciacs, que atenderão a 1 milhão de crianças a um custo estimado de um US\$ 1 bilhão, 40% dos quais para pagamento de pessoal e equipamento e o restante para construção. (Nora Gonzalez/Gazeta Mercantil, 6/3/92)

Escolas de Minas Gerais formam colegiados

As escolas estaduais de Minas Gerais estão formando colegiados com representantes dos professores, servidores, alunos e pais de alunos. O colegiado tem como principais funções tomar decisões e emitir pareceres nas áreas pedagógica, administrativa e financeira de cada unidade.

Criado em 1984, no governo Tancredo Neves, o colegiado foi restabelecido por decreto do governador Hélio Garcia, para servir como órgão representativo da comunidade escolar.

O órgão, com mandato de um ano, tem como presidente o diretor da escola. Os outros membros - no mínimo seis e no máximo 12 - são escolhidos por eleição, na proporção de 50% entre professores, especialistas e demais funcionários, e 50% entre alunos - com idade mínima de 16 anos- e seus pais ou responsáveis. Para resolver qualquer problema relativo à implantação dos colegiados, a Secretaria da Educação lançou o "Disque Colegiado": (031)222-4378. (O Estado de Minas/MG, 21/2/92)

Analfabetismo no Primeiro Mundo

O analfabetismo não é mais um problema restrito aos países do Terceiro Mundo, segundo um relatório divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo com sede em Paris. O jornal britânico *The European* dedica um artigo de capa ao relatório, em sua edição de 27/2, afirmando que "os milhões de analfabetos na Europa significam uma séria ameaça para o desempenho econômico de seus países".

Para *The European*, vários países europeus consideravam, até agora, que o problema do analfabetismo se restringia apenas aos imigrantes vindos do Leste europeu. Segundo o relatório, três milhões de adultos na Alemanha são analfabetos funcionais. Na França, de 500 mil homens chamados para prestar o serviço militar, entre 1990 e 1991,

20 % não conseguiam ler um texto simples com 70 palavras. Na Suécia, entre os 700 trabalhadores pesquisados de uma indústria de papel, metade precisava ser submetida a uma "reducação" e 100 não sabiam ler ou escrever adequadamente.

Segundo o jornal, a Grã-Bretanha experimentou métodos revolucionários de alfabetização para adultos, mas foram abandonados e as verbas destinadas a outras áreas. Em editorial, afirma que o relatório é "perturbador" e que "não há tempo a perder". Os países da Comunidade Econômica Européia pregam a melhoria na qualidade da educação e no treinamento dos trabalhadores, mas negligenciam o problema da educação básica. Sem isso, "a economia européia não pode ter um desempenho adequado". (Folha de S.Paulo, 5/3/92)

Fórum discutirá LDB

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública decidiu retomar a iniciativa para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) seja votada ainda neste semestre, antes do esvaziamento do Congresso devido às eleições municipais. Está organizando o seminário "A LDB em tramitação: impasses e perspectivas", previsto para 28 e 29 de abril.

Ataques do MEC e de parlamentares conservadores criaram um quadro desfavorável ao projeto de lei. As entidades que compõem o Fórum e os partidos progressistas acreditam poder reverter esse quadro, mobilizando amplos setores em defesa da escola pública na LDB. (CEDI, 9/3/92)

Secretário garante eleição de diretor

O secretário da Educação do Paraná, Elias Abrahão, garantiu que os diretores de escolas da rede pública voltarão a ser eleitos pelo voto direto da comunidade escolar. Abrahão lembrou que em outros estados a direção das escolas é escolhida por critérios políticos, mas no Paraná isso não acontecerá, pois o governador Roberto Requião quer a participação da comunidade escolar na vida da instituição. (O Estado do Paraná/PR, 19/2/92)

Estudantes de Alagoas movem ação contra orçamento

A União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (Uesa) entrou, em 19 de fevereiro, com uma ação judicial no Tribunal de Justiça de Alagoas contra a aprovação de apenas 16,11% de verbas para a educação no orçamento estadual, quando de acordo com as constituições federal e estadual, deveriam ser destinados 25% para o setor.

A dotação orçamentária foi sancionada pelo governador Geraldo Bulhões em 12 de dezembro de 1991, após a aprovação da Assembleia Legislativa. De acordo com o presidente da Uesa, Luciano Oliveira, as deficiências do ensino são tantas que nem o valor correto resolverá. (Gazeta de Alagoas/AL, 20/2/92)

Rede estadual entra em greve no RJ

A paralisação é reflexo da crise salarial dos professores que, no estado, têm piso de Cr\$ 140 mil (valor de fevereiro). Eles querem corrigir perdas referentes a março do ano passado, que podem elevar o piso até Cr\$ 387 mil, mesma reivindicação dos professores da capital, em greve há mais de um mês. Já o pessoal de apoio, que ganha pouco mais de um salário mínimo, quer piso de Cr\$ 101 mil.

São 120 mil profissionais de educação - dos quais 80 mil são professores - que decidiram parar por tempo indeterminado, desde 9 de março. A suspensão das aulas vai prejudicar o ano letivo de 1,22 milhão de alunos, este ano matriculados nas 2.704 escolas da rede estadual. (*Jornal do Brasil*, 10/3/92)

Professores protestam em Contagem

Os professores da rede municipal de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), fizeram em 18 de fevereiro uma manifestação contra o prefeito Ademir Lucas. Eles acusam Lucas de descumprir acordo feito em sua campanha eleitoral e transformado em Lei, a 2.019. Pelo acordo, os vencimentos básicos dos professores deveriam ser reajustados com base na variação do salário mínimo.

A manifestação, segundo Alfredo Rodriguez, diretor do Sindicato dos Professores de Contagem, foi uma antecipação da campanha salarial que será deflagrada em maio. (*Hoje em Dia/MG*, 19/2/92)

Greve termina sem resultados no CE

Após 13 dias de paralisação, os professores das redes estadual do Ceará e municipal da capital resolveram voltar ao trabalho. A greve terminou em 18 de fevereiro. Conforme informou a assessoria do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado do Ceará (Sindiute), a categoria se considerou vitoriosa - embora não tenha conseguido nenhum avanço nas negociações salariais - porque conseguiu grande espaço na imprensa local para denunciar as más condições físicas e educacionais da escola pública cearense. (*Diário do Nordeste/CE*, 19/2/92)

Educação e samba com meninos de rua



Mirian Fichtner/O Globo

Joãozinho Trinta e a Flor do Amanhã que hoje custa US\$ 5 mil por mês

Oficinas de capoeira, pagode e teatro serão as primeiras atividades a serem promovidas pelo Projeto Flor do Amanhã, coordenado pelo ex-carnavalesco Joãozinho Trinta. Começam a funcionar na Universidade Federal do Rio de Janeiro e têm por finalidade "aquecer" cem meninos de rua, antes da entrada em funcionamento do projeto em sua sede própria - um galpão de 10 mil metros quadrados, no Cais do Porto, cedido pela Companhia das Docas.

"Queremos integrar meninos de 'tribos' diferentes. São crianças das áreas de Copacabana, Cinelândia, Carioca e Central, tidas como as piores pelo nível de violência", explicou a gerente de pesquisa e educação do projeto, Lígia Costa Leite, 45. No projeto - que deverá atender mil crianças em 94 - elas receberão alimentação, ensino de 1º grau e profissionalizante, e participarão de atividades culturais. (*Sônia Apolinário/Folha de S.Paulo*, 3/3/92)

Escolas-oficinas no PR

As escolas-oficinas, que serão implantadas num prazo de 180 dias nos municípios de Londrina e Ponta Grossa (PR), seguem o modelo da Associação dos Meninos de Rua de Curitiba e cada uma irá abrigar 300 crianças, oferecendo de pré-escola

à 4ª série, oficinas de iniciação ao trabalho, além de noções básicas sobre agricultura.

Cada escola vai custar Cr\$ 750 milhões ao governo do estado. (*Folha de Londrina/Londrina*, PR, 20/2/92)

Cooperativas barateiam mensalidades

Salvador/BA - Para fugir do aumento das mensalidades escolares, milhares de pais estão fundando cooperativas de ensino na Bahia. Segundo o coordenador da Cooperativa Educacional de Ondina, Pedro Barreto, os estabelecimentos de ensino, que irão funcionar já a partir do ano letivo de 1992, não terão fins lucrativos e por isso poderão baratear os preços das mensalidades em até 200% em relação às escolas particulares e convencionais, cujos reajustes superam os 300%. (*Tri-buna da Imprensa/RJ*, 24/2/92)

Belo Horizonte/MG - Uma cooperativa, criada para driblar os altos preços das mensalidades escolares, está sendo fundada em Belo Horizonte pela Federação das Associações de Pais de Escolas de Minas Gerais. A idéia é conseguir o sucesso alcançado por cooperativas semelhantes que funcionam em outros estados, como as da Bahia ou Goiás, onde o valor das mensalidades não ultrapassa os Cr\$ 20 mil e a qualidade do ensino nada fica a dever às mais tradicionais escolas. (*O Estado de Minas/MG*, 20/2/92)

Sendero Luminoso persegue e assassina lideranças no Perú

As estatísticas não são precisas, mas segundo um relatório da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos, consultora da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas, mais de 25 mil pessoas já morreram vítimas da violência política e dos confrontos entre o Exército e o grupo Sendero Luminoso nos últimos onze anos. Somente na primeira semana deste mês, mais 16 mortos foram somados à lista, oito foram civis assassinados pelo Sendero.

María Helena, assassinada - Organizações não-governamentais e lideranças do movimento popular divulgaram, no final de fevereiro, documento denunciando o assassinato de María Helena Morano, 31 anos, destacada liderança do movimento feminino e popular da capital peruana e que havia discordado publicamente da tentativa do Sendero de organizar um "paro" armado (greve armada). María Helena foi metralhada pelos senderistas na

frente dos seus dois filhos e de populares. Seu corpo foi, a seguir, dinamitado. Segundo o documento, a partir de meados de 1991 o Sendero iniciou claramente uma ofensiva contra os dirigentes populares de Lima, procurando eliminar todos os que se oponham a seus objetivos e métodos de ação, desde religiosos católicos e protestantes, técnicos de programas de ajuda internacional, líderes sindicais até donas-de-casa que trabalham como voluntárias nas organizações que oferecem sopa gratuita aos pobres. O interesse dos senderistas em estabelecer-se em Lima explica-se por sua importância estratégica, concentrando mais de cinco milhões de habitantes, quase 25% da população do país.

O Sendero cresce - O Sendero Luminoso é liderado por um ex-professor de filosofia, Abimael Guscán, que o fundou em 70. Originário de uma facção do Partido Comunista Peruano, o Sendero combina as idéias de Mao Tsé Tung com

elementos da cultura incaica. Dessa mistura resulta uma idealização fanática dos valores camponeses e a rejeição violenta de qualquer outro.

O grupo tem intensificado suas ações e ampliado seus quadros, na esteira da profunda crise em que o país está mergulhado. A situação tem piorado desde a posse do presidente Fujimori, quando foi lançado um duro pacote, de características liberais. Somente nos últimos três anos, o número de peruanos em estado de extrema pobreza duplicou, chegando a treze milhões.

A desesperança da população foi captada por uma pesquisa realizada em setembro de 1990, pelo Instituto Imasen, de Lima. Os dados mostram que apenas 11% da população acredita que a crise poderá ser solucionada em até cinco anos. Outros 25% acham que apenas em dez, 15% consideram que ela nunca mais será resolvida. É um campo fértil para a revolta e a violência. (CEDI, 10/3/92)

Venezuela anuncia plebiscito e reformas

Sob forte pressão oposicionista e de sucessivas manifestações de protesto, o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, anunciou, no dia cinco último, a convocação de um plebiscito para antes de maio e a adoção de um pacote de medidas econômicas destinadas a abrandar o duro período de ajuste econômico que o país atravessa.

No plebiscito será decidida uma reforma constitucional que permita a criação de uma Assembléia Na-

cional Constituinte e a criação do cargo de primeiro-ministro - sugerida pela recém-criado Conselho Consultivo presidencial.

Já as medidas econômicas significam uma quebra parcial do processo de liberalização econômica acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), há três anos. Esse mesmo programa que, quando implantado, após a posse de Pérez, já havia resultado em protestos que

causaram a morte de pelo menos 300 pessoas.

Como medidas imediatas no campo econômico, o presidente suspendeu os aumentos mensais de cinco centavos de dólar no preço da gasolina (decretado há mais de um ano sob pressão do FMI), congelou as tarifas de energia elétrica e estabeleceu preços máximos para a farinha de trigo, arroz, leite, óleo de cozinha e remédios. (O Estado de S. Paulo, 6/3/92)

Aconteceu

CEDI - Centro Brasileiro de Documentação e Informação
 Avenida Rio Branco, 129 - 20211 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel. (021) 220-8003 - 01238 - São Paulo - SP

PORTE PAGO
 DR/RJ
 ISR - 52-636/87

